



Oferta de emprego público

Necessidade de recrutamento de pessoal, por recurso ao mecanismo de mobilidade

Torna-se público que a Casa Pia de Lisboa, I.P. (CPL, IP) pretende proceder ao recrutamento de 1 Técnico Superior, para a área de Animação e Educação Agroambiental, por via do recurso ao mecanismo da mobilidade, nos termos e na forma prevista conjugadamente no artigo 94.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho, e no art. 4.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de abril, todos na sua atual redação.

1. Caracterização da oferta de emprego público

- a) Tipo de oferta: Mobilidade na categoria.
- b) Carreira e categoria: Técnico superior.
- c) Posição remuneratória de referência: A detida na carreira/categoria de origem. --
- d) Nível habilitacional: Titularidade de licenciatura preferencial em Animação Sociocultural, Educação Social, Engenharia do ambiente, Engenharia agronómica, Engenharia agropecuária, Engenharia florestal e dos recursos naturais, Educação Ambiental e Turismo de Natureza, Desporto de Natureza e Turismo Ativo ou Biologia, não podendo ser substituída por formação e/ ou experiência profissional ainda que na área do exercício da função.
- e) N.º de postos de trabalho: 1
- f) Unidade orgânica: Centro de Educação e Desenvolvimento Francisco Margiochi (CED FM).
- g) Local de trabalho: Quinta do Arrife | Amiais de Cima – 2025-012 Abrã e pontualmente, nos outros dois polos do CED FM, em outros CED e espaços educativos da CPL e em espaços de instituições parceiras.
- h) Em Regra, é praticada a modalidade de horário flexível, no período entre as 8h00 às 18h00, com a duração dos períodos normais de trabalho definidos para os trabalhadores em funções públicas (35 horas semanais). Em colónias de férias, poderá ser adotado horário rígido e contínuo, por turnos.



Quando aplicável, e em conformidade com a legislação em vigor, está previsto um suplemento remuneratório, inerente ao horário por turnos.

2. Caracterização do posto de trabalho

De acordo com o Anexo a que se refere o art. 88.º, n.º 2 da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovado pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação vigente, o referido posto de trabalho é na carreira geral unicategorial de técnico superior, de grau 3 de complexidade funcional, a qual requer a titularidade de licenciatura preferencial em Animação Sociocultural, Educação Social, Engenharia do ambiente, Engenharia agrónomica, Engenharia agropecuária, Engenharia florestal e dos recursos naturais, Educação Ambiental e Turismo de Natureza, Desporto de Natureza e Turismo Ativo ou Biologia, não podendo a mesma ser substituída por formação e/ ou experiência profissional ainda que na área do exercício da função.

Destarte, pretende-se que o/a candidato/a exerça funções inerentes à carreira unicategorial de técnico superior, na área de Animação e Educação Agroambiental, as quais consistem em desenvolver e operacionalizar projetos e atividades de educação não formal em contexto agroambiental, bem como a conceção, organização e avaliação de atividades pedagógicas e de animação socioeducativa, incluindo os respetivos ambientes de aprendizagem; dinamização de atividades pedagógicas e de animação socioeducativa em contextos de: visita de estudo, ocupação de tempos livres, incluindo colónias de férias e atividades de team building., conforme perfil de competências constante do mapa de pessoal e que se publicita em anexo.

Em vista disso, requer-se que o/a candidato/a a recrutar desempenhe as funções que lhe forem cometidas, com elevado sentido de responsabilidade e autonomia técnica, ainda que com enquadramento superior qualificado, de acordo com o perfil profissional aprovado no mapa de pessoal desta entidade empregadora pública para o ano em curso.

3. Requisitos gerais e especiais.

De acordo com o art. 17.º da LTFP, no momento da apresentação da candidatura, o trabalhador deve reunir os seguintes requisitos gerais de admissão:



- *Nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, por convenção internacional ou por lei especial;*
- *18 anos de idade completos;*
- *Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;*
- *Robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções;*
- *Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.*

4. Âmbito de recrutamento

O/a candidato/a deverá ser titular de relação jurídica de emprego público previamente constituída por tempo indeterminado, com outro organismo da administração pública.

5. Forma, prazo e local de apresentação da candidatura.

As candidaturas deverão ser formalizadas, mediante o preenchimento do formulário eletrónico, de utilização exclusiva e obrigatória, publicitado na página institucional (disponível em: http://www.casapia.pt/carreiras_generalistas_indice.html), sendo excluídas as candidaturas apresentadas em suporte de papel, bem como os formulários eletrónicos submetidos após as 23h59m, hora de Portugal Continental, do último dia do prazo estabelecido para apresentação das candidaturas, no prazo de 10 dias úteis, contados da data da publicação na Bolsa de Emprego Público (BEP).

Neste sentido, juntamente com o preenchimento obrigatório e exclusivo do formulário eletrónico, todos os candidatos deverão anexar obrigatoriamente:

- a) Curriculum profissional, devidamente datado e assinado, detalhado e atualizado, donde constem, para além de outros elementos julgados necessários, os seguintes: as habilitações literárias, as funções e atividades que exercem e as que exerceram, com indicação dos respetivos períodos de duração e atividades relevantes, bem como, a formação profissional detida, devidamente comprovada;*
- b) Documento comprovativo das habilitações literárias;*



c) *Outros documentos considerados relevantes.*

Para além da publicitação na BEP, a presente Oferta de Emprego Público encontra-se também publicitada na página institucional, disponível em:

https://casapia.pt/categorias_carreiras/carreiras-gerais-especiais/

6. Métodos de seleção

Os/as candidatos/as serão submetidos à Avaliação Curricular (AC), complementada com à Entrevista de Avaliação de Competências (EAC).

Apenas serão convocadas para a EAC, os candidato/as que reúnam os requisitos legalmente exigidos, fixados na presente publicitação.

7. Notificações

Todas as notificações processam-se por meio de correio eletrónico para o endereço indicado pelo/a candidato/a na respectiva candidatura.

8. Licitude do tratamento dos dados pessoais.

Nos termos e ao abrigo do disposto nas alíneas b), c), e), do n.º 1, do art. 6.º do Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, e do art. 28.º da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, o tratamento de dados pessoais no presente procedimento concursal comum, por parte da CPL, I.P., tem por fundamento jurídico a operacionalização da mobilidade na categoria e interserviços.

22/10/2024. — A Diretora da Unidade de Recursos Humanos, *Inês Reis Carvalho Leão*.